



CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2025
HOMOLOGADO EM 03 DE JANEIRO DE 2025

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de BANDEIRANTE e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER.

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº **01.612.528/0001-84**, com sede a Avenida Santo Antônio, nº 1069, Centro de Bandeirante/SC, CEP sob nº 89.905-000, neste ato representado por seu Prefeito Sr. EDER LUIZ MARCON, inscrito no CPF sob o nº 024.619.119-83 doravante denominado **CONTRATANTE** e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER**, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº **23.773.012/0001-54**, com sede na Rua Segundo Anibal Balbinot, nº 189, Bairro Agostini, município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Maciel Schneider, prefeito municipal de Saudades/SC, inscrito no CPF sob o nº 045.338.149-99 com contratualidade autorizada pelo Processo de Licitação nº 01/2025, instaurado sob a modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2025.

As partes acima identificadas pactuam o presente **CONTRATO DE RATEIO objetivando a GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS DESENVOLVIDOS PELO CONSÓRCIO**, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços transferidos, conforme Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Públicos e Alterações Contratuais, nos termos a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste em **RATEAR as despesas administrativas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER (incluídas as despesas pertinentes ao Programa Licitações Compartilhadas) entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.**

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

- Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.
- Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público.
- Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.
- Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato de rateio terá vigência a partir da data de sua assinatura, **06 DE JANEIRO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025.**

2.2. O contrato poderá ser prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, desde que respeitadas as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DE RATEIO E PAGAMENTO

3.1. Para a execução do objeto deste Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o **MUNICÍPIO** repassará mensalmente ao CONDER, durante o exercício de 2025, conforme definido em Assembleia Geral Ordinária realizada em 16/07/2024, através do Edital de Convocação nº 02/2024 e registrada na Ata de nº 02/2024, o valor mensal de R\$ 4.170,56 (quatro mil, cento e setenta reais e cinquenta e seis centavos), totalizando para 12 (doze) meses, o valor de **R\$ 50.046,72 (cinquenta mil, quarenta e seis reais e setenta e dois centavos)**, conforme segue:



Parcela	Vencimento/Pagamento até	Repassé mensal R\$
1ª	25/01/2025	R\$ 4.170,56
2ª	25/02/2025	R\$ 4.170,56
3ª	25/03/2025	R\$ 4.170,56
4ª	25/04/2025	R\$ 4.170,56
5ª	25/05/2025	R\$ 4.170,56
6ª	25/06/2025	R\$ 4.170,56
7ª	25/07/2025	R\$ 4.170,56
8ª	25/08/2025	R\$ 4.170,56
9ª	25/09/2025	R\$ 4.170,56
10ª	25/10/2025	R\$ 4.170,56
11ª	25/11/2025	R\$ 4.170,56
12ª	25/12/2025	R\$ 4.170,56
REPASSE TOTAL ANUAL		R\$ 50.046,72

3.3. Os valores serão depositados em conta específica do CONDER: Banco: 001 – Banco do Brasil, agência 0599-1, conta corrente 123.456-0.

3.4. A falta de repasse dos valores constantes do presente contrato poderá ensejar a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONDER, Contrato de Consórcio Público e suas alterações.

3.4.1. Em caso de inadimplência, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o Município poderá ser suspenso/excluído do Consórcio/Programa sendo que, a suspensão e/ou a exclusão não exime o município do pagamento dos valores constantes neste contrato.

3.5. Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária do CONDER e deverão ser objeto de termo aditivo ao presente contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO

4.1. O contrato não será reajustado durante sua vigência.

4.2. O valor deste contrato poderá ser reequilibrado durante sua vigência, por deliberação de Assembleia Geral Ordinária do CONDER respeitando os limites e tramitações legais.

CLAUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2025 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Despesa	Complemento	Especificação	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	(%)
13	3.1.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Pessoal	2.710,86	32.530,32	65%
14	3.3.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Manutenção	1.251,17	15.014,04	30%
15	4.4.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Investimento	208,53	2.502,36	5%
TOTAL			4.170,56	50.046,72	100%



CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

7.1. São obrigações do CONDER:

7.1.1. Acompanhar e controlar a qualidade/eficiência dos serviços prestados;

7.1.2. Promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;

7.1.3. Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo mensalmente recibo ao município;

7.1.4. Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;

7.1.5. Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;

7.1.6. Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1. São obrigações do Município:

8.1.1. Promover o pagamento do rateio mensal, nos valores e prazos previsto, nos termos estipulados neste contrato;

8.1.2. Designar servidor para responder pelos serviços a serem prestados ao município através deste contrato com quem o CONDER manterá todos os contatos pertinentes ao respectivo Programa;

8.1.3. Inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;

8.1.4. Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS LEGAIS

9.1. É dispensável a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no previsto na Lei Federal 14.133/2021 – Lei das Licitações (em especial no inciso XI do artigo 75 “É dispensável a licitação: (...) XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação”).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O presente contrato tem como seu fiscal a Sra. Jocinéia Fatima Salvi (Auxiliar Administrativo), inscrita no CPF sob o nº. 058.613.539-13, cabendo-lhe a obrigação de fiscalizar o objeto, em conformidade com a quantidade e saldo para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.



E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Bandeirante/SC, 06 de janeiro de 2025.

EDER LUIZ MARCON
Prefeito de BANDEIRANTE

MACIEL SCHNEIDER
Presidente de CONDER

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.

Nome: Jocinéia Fatima Salvi
CPF: 058.613.539-13

Após análise do conteúdo do contrato acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

ALENCAR BARBIERI
Assessor Jurídico
OAB/SC 70.983